



ESTADO PORTUGUÊS
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DA LOGÍSTICA
DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES

CADERNO DE ENCARGOS

Concurso Público com publicação no JOUE n.º Q0041/2021

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente concurso tem por objeto a aquisição por lotes dos seguintes artigos:
 - a. **Lote 1** - Camisa Uniforme Combate SCS e Calça Uniforme Combate SCS de acordo com as Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos;
 - b. **Lote 2** – Calça Uniforme Guarnição ACU, Dolman Uniforme Guarnição ACU e Panamá Uniforme Guarnição ACU de acordo com as Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos.
2. As quantidades mínimas, por artigo, que devem ser fornecidas são as seguintes:

Lote	Cód.Lote	NNA	Artigo	Qtd. Mínima a fornecer
1	1.1	8415263017169	CAMISA UNIFORME COMBATE SCS T-92S	93
	1.2	8415263017171	CAMISA UNIFORME COMBATE SCS T-96R	400
	1.3	8415263017173	CAMISA UNIFORME COMBATE SCS T-100R	600
	1.4	8415263017175	CAMISA UNIFORME COMBATE SCS T-104R	470
	1.5	8415263017177	CAMISA UNIFORME COMBATE SCS T-108R	470
	1.6	8415263017179	CAMISA UNIFORME COMBATE SCS T-112R	300
	1.7	8415263017181	CAMISA UNIFORME COMBATE SCS T-116L	220
	1.8	8415263017182	CAMISA UNIFORME COMBATE SCS T-XXL	200
	1.9	8415263017191	CALCA UNIFORME COMBATE SCS T-80S	69
	1.10	8415263017189	CALCA UNIFORME COMBATE SCS T-80R	220
	1.11	8415263017193	CALCA UNIFORME COMBATE SCS T-84R	240
	1.12	8415263017190	CALCA UNIFORME COMBATE SCS T-76S	240
	1.13	8415263017197	CALCA UNIFORME COMBATE SCS T-92R	240
	1.14	8415263017199	CALCA UNIFORME COMBATE SCS T-96R	160
	1.15	8415263017201	CALCA UNIFORME COMBATE SCS T-100L	160
	1.16	8415263017202	CALCA UNIFORME COMBATE SCS T-XXL	140



2	2.1	8415263017220	CALCA UNIFORME GUARNICAO ACU T-80S	658
	2.2	8415263017222	CALCA UNIFORME GUARNICAO ACU T-80R	1 758
	2.3	8415263017223	CALCA UNIFORME GUARNICAO ACU T-84R	2 478
	2.4	8415263017225	CALCA UNIFORME GUARNICAO ACU T-88R	2 258
	2.5	8415263017227	CALCA UNIFORME GUARNICAO ACU T-92R	1 458
	2.6	8415263017229	CALCA UNIFORME GUARNICAO ACU T-96R	1 268
	2.7	8415263017231	CALCA UNIFORME GUARNICAO ACU T-100L	857
	2.8	8415263017232	CALCA UNIFORME GUARNICAO ACU T-XXL	557
	2.9	8415263017278	DOLMAN UNIFORME GUARNICAO ACU T-92S	710
	2.10	8415263017284	DOLMAN UNIFORME GUARNICAO ACU T-96R	1 800
	2.11	8415263017286	DOLMAN UNIFORME GUARNICAO ACU T-100R	2 510
	2.12	8415263017281	DOLMAN UNIFORME GUARNICAO ACU T-104R	2 310
	2.13	8415263017280	DOLMAN UNIFORME GUARNICAO ACU T-108R	1 506
	2.14	8415263017288	DOLMAN UNIFORME GUARNICAO ACU T-112R	1 306
	2.15	8415263017290	DOLMAN UNIFORME GUARNICAO ACU T-116L	906
	2.16	8415263017291	DOLMAN UNIFORME GUARNICAO ACU T-XXL	605
	2.17	8415263017238	PANAMA UNIFORME GUARNICAO ACU T-54	540
	2.18	8415263017239	PANAMA UNIFORME GUARNICAO ACU T-55	1 140
	2.19	8415263017240	PANAMA UNIFORME GUARNICAO ACU T-56	1 240
	2.20	8415263017241	PANAMA UNIFORME GUARNICAO ACU T-57	2 040
	2.21	8415263017242	PANAMA UNIFORME GUARNICAO ACU T-58	1 240
	2.22	8415263017243	PANAMA UNIFORME GUARNICAO ACU T-59	1 240
	2.23	8415263017244	PANAMA UNIFORME GUARNICAO ACU T-60	1 240
	2.24	8415263017245	PANAMA UNIFORME GUARNICAO ACU T-61	820

3. Qualquer referência, nas peças deste procedimento, a fabricantes ou proveniências, determinados processos de fabrico específicos, marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, deve ser entendida como meramente indicativa, para melhor compreensão do descrito, e admitindo sempre solução equivalente, nos termos da lei.

Artigo 2.º

Local de entrega

O objeto do contrato será entregue na Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, sito Estrada do Infantado, 2890-403 Benavente, Portugal.

Artigo 3.º

Prazo de entrega dos bens

1. A contagem dos prazos de entrega dos bens apenas terá início após a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas nos termos do n.º1 do artigo 318.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de Março e do n.º 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.
2. A contagem dos prazos de entrega dos bens apenas terá início após a aprovação dos **Set-Size** nos termos do n.º 3 no artigo 24º do presente Caderno de Encargos.



3. O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado no prazo de **120 dias**, a contar do dia útil seguinte à data do envio do Pedido de Compra emitido pela Direção de Aquisições;
4. Mediante pedido devidamente fundamentado pelo adjudicatário, e apenas nas situações em que o prazo de entrega seja superior a 60 dias, pode a Entidade Adjudicante autorizar que os bens sejam entregues de forma faseada pelo Adjudicatário, desde que não seja ultrapassada a data limite prevista no Caderno de Encargos para a entrega da totalidade dos bens;
5. O fornecimento de material não conforme e rejeitado não suspende o prazo de entrega.

Artigo 4.º

Fiscalização Prévia

1. Quando o preço contratual for superior a 750.000€, o contrato está sujeito a fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho;
2. Quando o preço contratual for superior a 950.000€, o prazo de execução apenas se inicia após a obtenção de visto ou declaração de conformidade por parte do Tribunal de Contas, em virtude de nos termos do n.º4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, a execução do contrato não se poder iniciar antes daquele momento.

Artigo 5.º

Preço base

O valor máximo do somatório dos contratos celebrados ao abrigo do presente procedimento é de **1.317.230,00 € (um milhão trezentos e dezassete mil e duzentos e trinta euros)** s/ IVA, não sendo admitidas propostas cujo valor proposto exceda o montante definido para cada Lote, nos termos do artigo 17.º do CCP, e conforme abaixo se indica:

Lote	Designação	Preço do Lote
1	Camisa Uniforme Combate SCS e Calça Uniforme Combate SCS	283.625,00€
2	Calça Uniforme Guarnição ACU , Dólmán Uniforme Guarnição ACU e Panamá Uniforme de Guarnição ACU	1.033.605,00€

Artigo 6.º

Condições de pagamento

1. O pagamento será efetuado a 30 (trinta) dias nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, após a aceitação definitiva dos bens prevista no artigo seguinte;



2. Eventuais propostas de adiantamentos estão condicionadas pelo regime previsto no artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
3. Em caso de atrasos no pagamento por parte do contraente público, conforme estipulado no n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
4. Quando aplicável nos termos da legislação em vigor, as entidades adjudicadas devem remeter as faturas eletrónicas, por via do Portal da eSPap, para a Direção de Aquisições, para a morada:
Direção de Aquisições, Av. Infante Santo, nº 49 – 2º, 1399-056 Lisboa.

Artigo 7.º

Aceitação

1. Após a realização da inspeção quantitativa e qualitativa, e verificada a conformidade do objeto do procedimento, cabe à Repartição de Controle de Qualidade do Gabinete do Comandante da Logística declarar a aceitação definitiva do objeto do procedimento fornecido, ficando registada a data de aceitação do mesmo;
2. Por aceitação definitiva deverá entender-se o ato final de aceitação efetuado pela Repartição de Controle de Qualidade do Gabinete do Comandante da Logística através da emissão de ofício que considere encerrado o processo de aceitação do objeto do procedimento;
3. Se durante a realização da inspeção quantitativa e qualitativa se verificar a ocorrência de falhas ou deficiências na execução do fornecimento, as mesmas serão comunicadas ao adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da referida notificação, proceder à regularização das irregularidades detetadas, sob pena de aplicação das sanções pecuniárias previstas nos termos do respetivo artigo deste Caderno de Encargos;
4. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio e do n.º 2 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, o prazo máximo de duração do processo de aceitação ou verificação para determinar a conformidade dos bens ou dos serviços não pode exceder 30 dias a contar da data de receção ou prestação dos mesmos;
5. Nas situações previstas no n.º 2 do artigo 3.º do presente Caderno de Encargos, para efeitos de aceitação, apenas serão considerados os bens entregues num intervalo não inferior a 30 dias desde a última entrega parcelar.



Artigo 8.º**Garantia**

1. O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo à entidade adjudicante, os bens fornecidos, com integral respeito por todas as suas características, pelo prazo de 2 (dois) anos;
2. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da entidade adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior;
3. O adjudicatário deverá fornecer os bens adjudicados de acordo com as especificações técnicas constantes das peças processuais do presente procedimento e na qualidade requerida pelas leis do mercado e de acordo com as amostras ou outros dados que serviram de base à adjudicação do procedimento obrigando-se dentro dos prazos que lhe foram definidos na respetiva notificação, substituir ou recondicionar todo aquele que, com base nos pareceres técnicos, não for considerado dentro das características e condições requeridas;
4. Quando a entidade adjudicante tiver dúvidas sobre a qualidade dos bens fornecidos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios além dos acima previstos, acordando, previamente com o adjudicatário as regras e procedimentos a adotar. A realização de testes ou ensaios adicionais suspende o prazo de aceitação dos bens durante o período estritamente necessário para a sua realização;
5. Em caso de anomalia detetada no âmbito da execução contratual, o Adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito aos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao Adjudicatário.

Artigo 9.º**Compromisso ambiental. Medidas fitossanitárias**

1. Na execução do contrato, o adjudicatário pugnará pelas melhores práticas ambientais que estejam ao seu alcance, inerentes ao cumprimento da sua proposta, no estrito cumprimento da diversa legislação ambiental aplicável. À entidade adjudicante compete tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações em matéria de direito ambiental, tendo por base o Considerando 37 da Diretiva 2014/24/EU;
2. Pretende-se, tendo em vista as normas e objetivos da União Europeia, uma contratação pública sustentável, alicerçada no acordo de vontades realizado entre as entidades adjudicantes e os adjudicatários, visando a concretização de ideais ambientalmente sustentáveis.



Artigo 10.º**Sigilo**

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a quaisquer informações relacionadas com a atividade da entidade adjudicante, ou outras, de que venha a ter conhecimento em consequência da execução do contrato.

Artigo 11.º**Documentação**

1. O adjudicatário entregará à entidade adjudicante, aquando do fornecimento do objeto do procedimento, catálogos e demais documentação relevante, relativa ao objeto do procedimento, caso existam;
2. O adjudicatário procederá ainda à entrega do certificado de conformidade emitido pelo organismo de garantia da qualidade do país produtor e do certificado de qualidade emitido pelo departamento de qualidade do fabricante;
3. A entidade adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

Artigo 12.º**Sanções**

1. Se, por causa que lhe seja imputável, o adjudicatário não cumprir os prazos estipulados para a entrega dos bens ou na prestação do serviço, ou na situação prevista no n.º 3 do Artigo 7.º do presente Caderno de Encargos, fica este obrigado, a título de sanção pecuniária, ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula: $P = V * A/350$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato e A é o número de dias em atraso, sem prejuízo eventuais indemnizações pelo dano excedente;
2. Em caso de incumprimento por parte do adjudicatário, designadamente atraso na prestação, as sanções pecuniárias poderão ser reduzida se for parcialmente cumprida a prestação em falta; no caso de, o adjudicatário, por outro lado, cumprir integralmente a prestação em falta, as sanções pecuniária poderão não ser exigidas.

Artigo 13.º**Caução**

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, se o valor da proposta adjudicada for igual ou superior a 500.000€;
2. Na eventualidade de serem adjudicados vários lotes a um mesmo adjudicatário, será devida caução sempre que o valor dos lotes adjudicados exceda os 500.000€, sendo que poderá ser prestada apenas



uma caução, de valor correspondente a 5% do somatório dos lotes adjudicados a um mesmo adjudicatário que excedam aquele valor;

3. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, em caso de incumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário, e na proporção do incumprimento verificado.

Artigo 14.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato;
2. Entende-se, por caso fortuito, ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas;
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à contraparte, bem como informar do prazo previsível para o restabelecimento da normal execução contratual.

Artigo 15.º

Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela entidade adjudicante;
2. Nas situações em que o contrato não seja reduzido a escrito, o gestor do contrato será indicado no Pedido de Compra.

Artigo 16.º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, aquele efetue e lhe sejam imputadas.
3. O desenho das peças encontra-se descrito no novo Regulamento de Uniformes do Exército (RUE), aprovado pela portaria n.º 345/2019 publicado no Diário da República n.º 189/2019, Série I de 2019-10-02, pelo que nos termos do seu Artigo 6.º - Exclusividade das peças de fardamento:
 - a. *“São exclusivas do Exército todas as peças de fardamento referidas no presente Regulamento”;*



- b. *“As peças de fardamento do Exército não podem ser objeto de venda ou cedência, com a finalidade de serem usadas fora do âmbito do serviço militar”.*
4. O Padrão Multiterreno é patenteado pelo Exército e apenas poderá ser aplicado a peças de fardamento constantes do Regulamento de Uniformes do Exército Português;
 5. As peças de fardamento, constante no RUE, apenas poderão ser confeccionadas e comercializadas se o seu destino for a utilização por militares do Exército enquanto ao serviço deste;
 6. Será fornecida, juntamente com as restantes peças do procedimento, declaração de autorização que permitirá aos potenciais interessados no âmbito do presente procedimento, proceder à cópia livre e sem restrições dos artigos, materiais e padrões necessários à elaboração das propostas, sendo proibida a sua utilização para qualquer fim diverso ou alheio ao presente procedimento.
 7. Caso seja necessário a emissão de original da declaração referida no número anterior, o mesmo deve ser solicitado via plataforma eletrónica de contratação pública.

Artigo 17.º

Outros encargos

Todas as despesas, derivadas da prestação de cauções, do eventual pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas, bem como demais despesas não previstas relativas à execução do presente contrato, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 18.º

Resolução do contrato

1. O incumprimento, reiterado ou definitivo, por qualquer das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de o resolver, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais exigíveis;
2. A resolução não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato, devendo a intenção de resolução ser comunicada com a antecedência mínima de 30 dias.

Artigo 19.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 20.º

Legislação aplicável

Em tudo o não disposto no presente Caderno de Encargos, aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como quaisquer outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.



PARTE II
Cláusulas Técnicas

Artigo 21.º

Especificações técnicas

As **Especificações Técnicas (ET)** fazem parte integrante deste Caderno de Encargos, constando do **Anexo B**:

1. **Lote 1 – ET. N.º 8305 01/MAI21, 8405 01/MAR21 e 8405 03/ABR21** da DMT/CmdLog;
2. **Lote 2 - ET. N.º 8305 02/MAR21, 8405 02/MAR21, 8405 04/ABR21 e 8405 05/MAR21** da DMT/CmdLog.

Artigo 22.º

Matérias-Primas

O Exército **não fornecerá qualquer matéria-prima** para o procedimento aquisitivo em questão.

Artigo 23.º

Etiquetagem

As etiquetas deverão ser conforme indicado nas respetivas Especificações Técnicas para cada artigo;

Artigo 24.º

Set-Size

1. No prazo de trinta dias úteis após o envio do Pedido de Compra, o adjudicatário deverá, entregar **1 (um) artigo (“Set-Size”) de cada tamanho para cada peça** conforme consta na tabela que integra o artigo 1.º do presente Caderno de Encargos, a fim de serem aferidos os respetivos tamanhos antes da confeção, sendo que os referidos artigos ficarão na posse do Exército;
2. Os referidos conjuntos deverão respeitar todos os requisitos definidos nas Especificações Técnicas respetivas, devendo encontrar-se corrigidos quaisquer incumprimentos eventualmente detetados no protótipo fornecido pelo adjudicatário durante a fase de apresentação de propostas;
3. Os **Set-Size** a apresentar estarão sujeitos a aprovação por parte da Entidade Adjudicante, sendo que a não conformidade de algum dos **Set-Size** com os requisitos definidos nas Especificações Técnicas respetivas implicará a não aceitação do mesmo, devendo o adjudicatário apresentar, em prazo a definir pelo Exército Português, um **Set-Size** que cumpra todos os requisitos constantes do Caderno de Encargos;
4. Os **Set-Size** serão entregues e analisados no Centro de Produção e Venda de Fardamento e Equipamento, sito na Praça Drº Bernardino António Gomes, nº 167-D (Campo de Santa Clara) 1100-209 Lisboa, Portugal;



5. A não apresentação do **Set-Size** no prazo definido no n.º 3 implicará a aplicação de sanções nos termos do artigo 12º do presente Caderno de Encargos;
6. Juntamente com a entrega dos artigos que integram o **Set-Size** constantes do n.º 1 do presente artigo, o adjudicatário deverá ainda comprovar o cumprimento dos requisitos indicados nas tabelas constantes do ponto 4 das ET Nº **8305 01/MAI21 e 8305 02/MAR21**, mediante a apresentação do respetivo certificado Oeko-Tex® ou resultados dos testes de toxicidade efetuados por Entidade Certificada.

Artigo 25.º

Embalagens

1. Os artigos devem ser fornecidos embalados individualmente em sacos e acondicionados em caixas de cartão duplo canelado com o máximo de unidades, agrupados por tamanhos.
2. Caso se aplique, devem ser entregues em porta-fatos por conjunto, agrupados por tamanhos, dentro de caixas de cartão duplo canelado.
3. Todas as caixas de cartão têm de conter uma etiqueta exterior, onde constem, pelo menos, as seguintes informações:
 - a. Nome do fabricante/fornecedor;
 - b. Código de Barras contendo o **Número Nacional de Abastecimento (NNA)**, composto por **13 (treze) posições** e descrição do produto até um máximo de **40 caracteres**
 - c. Número do Pedido de Compra (PC), ou Número da Requisição de Compra (RC) nos casos em que os artigos estejam em processo de catalogação por parte do Centro Nacional de Catalogação;
 - d. Quantidade de artigos que contém;
 - e. Ano da encomenda.

Artigo 26.º

Acompanhamento do fabrico

1. Nos termos do disposto no artigo 442.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, a Entidade Adjudicante reserva-se no direito acompanhar o processo de fabrico dos bens objeto do contrato nas instalações do fabricante ou dos fabricantes dos mesmos.
2. Quando o adjudicatário não seja o fabricante dos bens, aquele tem a obrigação de assegurar o acesso e o desenvolvimento dos trabalhos das missões de acompanhamento nas instalações do fabricante.
3. O desempenho das funções da missão de acompanhamento não exime o adjudicatário de responsabilidade por quaisquer defeitos dos bens objeto do contrato ou não conformidade destes com as características, especificações e requisitos estabelecidos no contrato.



Artigo 27.º

Validação após entrega dos bens

Após entrega dos bens objeto do presente procedimento, os mesmos serão, por amostragem, sujeitos a testes em laboratórios certificados, para efeitos de verificação da sua conformidade com a totalidade dos requisitos técnicos constantes do presente Caderno de Encargos, e sendo eventuais desconformidades passíveis de originar a aplicação de sanções por incumprimento nos termos do artigo 12.º do presente Caderno de Encargos.

Direção de Aquisições em Lisboa, **14 de setembro de 2021**

CHEFE DA REPARTIÇÃO DE CONCURSOS E CONTRATOS

(Original assinado e arquivado no processo)

ELISA MARIA FERNANDES COIMBRA

TENENTE-CORONEL DE ADMINISTRAÇÃO MILITAR

Anexos:

A – Lista de Artigos

B – Especificações Técnicas n.º 8305 01/MAI21, 8405 01/MAR21, 8405 03/ABR21, 8305 02/MAR21, 8405 02/MAR21, 8405 04/ABR21 e 8405 05/MAR21 da DMT/CmdLog;

C – Declaração utilização patente

